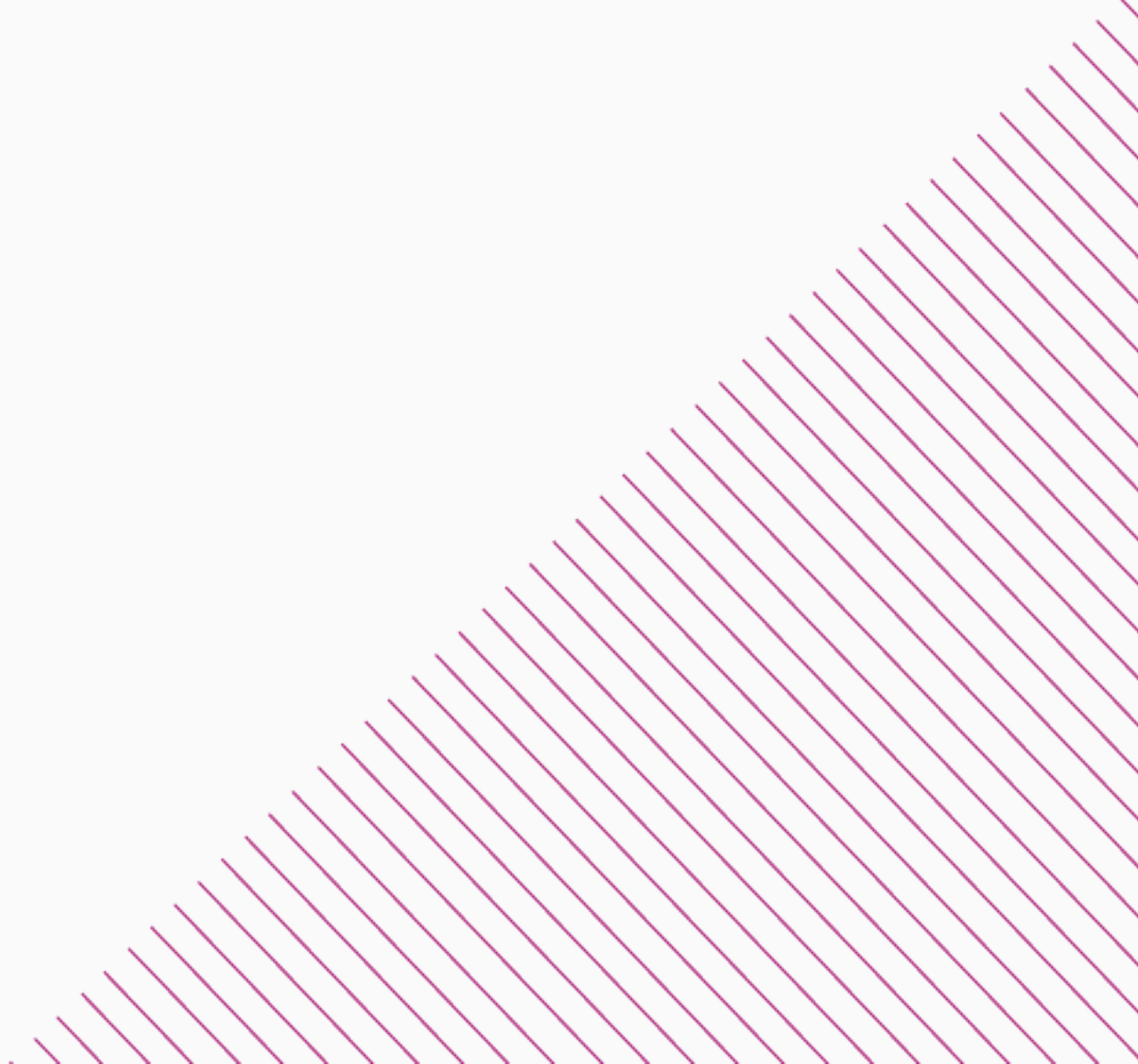


research +

Setembro 2024

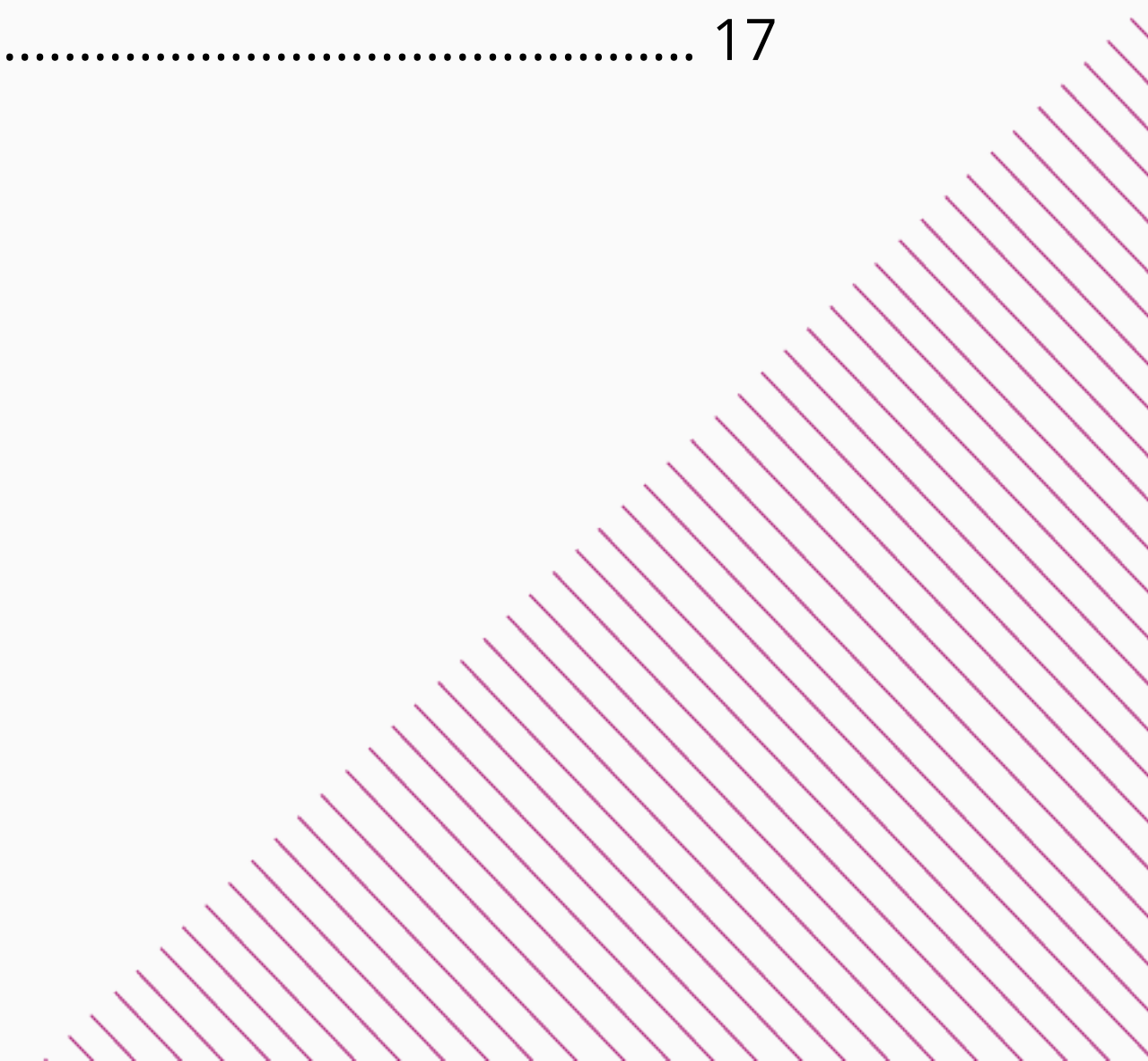
ambipar 
esg



research +

Sumário

Sustentabilidade e ESG	3
01) Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde	3
02) O Social do ESG e a desigualdade não-estrutural	4
Riscos	10
01) Encontro de Cúpulas da Governança Global: G7 e Organização para a Cooperação de Xangai	10
02) Inclusão de Riscos Psicossociais no PGR - Programa Geral de Riscos (Ocupacionais), por força de atualização da NR-01	15
03) Canadá segue uma tendência global que tem ocorrido ao longo de 2024: aplicação de tarifas a veículos elétricos chineses	16
Fontes e Referências	17





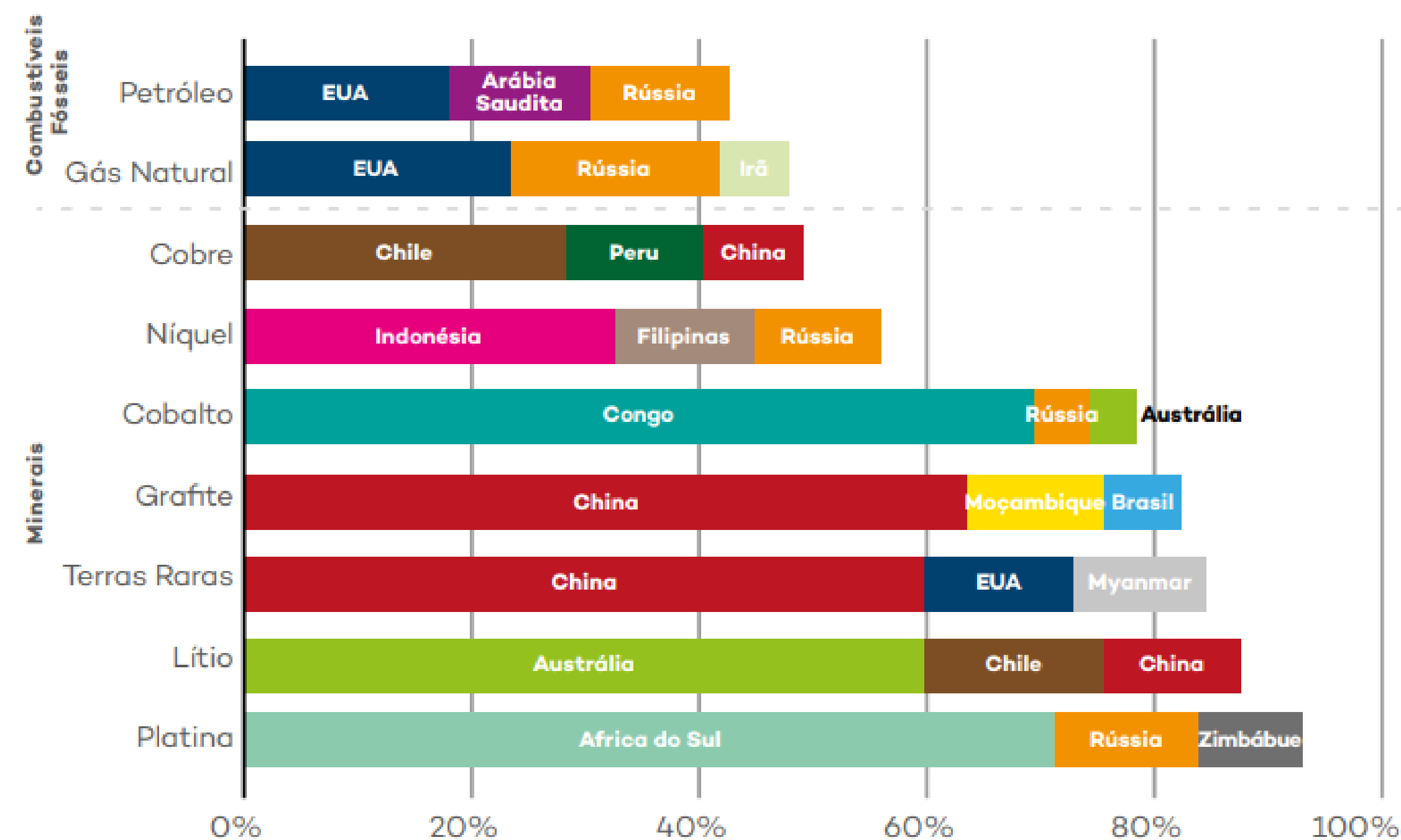
01 Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde

Na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde pautou o tema dos minerais críticos e estratégicos no Brasil. A Comissão visa trazer contribuições para uma Proposta de *Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos*.

Na ocasião, foi apresentado o estudo “Fundamentos para Políticas Públicas”, do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que trouxe um comparativo das regulamentações sobre minerais críticos e estratégicos de 21 países com três horizontes e três eixos ou requisitos para a classificação de Minerais Estratégicos no Brasil. Na apresentação foi apontado, por exemplo, o vínculo com a Estratégia Nacional de Economia Circular, já que esta última determina, como uma de suas diretrizes, a “redução da dependência de recursos naturais”.

Um dos gráficos apresentados no estudo é a concentração dos maiores produtores dos minerais e combustíveis fósseis: os EUA aparecem entre os três principais países produtores apenas em terras raras, enquanto a China é líder em terras raras, grafite, lítio e cobre; Rússia é líder em platina, cobalto e níquel; Indonésia domina no níquel junto com Filipinas; Chile domina o cobre e lítio, enquanto a Austrália lidera com lítio e África do Sul com a platina.

Participação dos três principais países produtores na produção total de minerais e combustíveis fósseis selecionados, 2019.



Fontes: IBRAM, “FUNDAMENTOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS PARA O BRASIL”; (IEA, 2021), a partir da compilação de outras fontes.



02 O Social do ESG e a desigualdade não-estrutural

Quem leu o livro “Capital no século XXI”, de Thomas Piketty (2014), viu estatísticas que demonstram o aumento da desigualdade, entendendo como e por que o processo de acumulação está preocupantemente assentado na riqueza gerada no passado. Este seria, em alguma medida, um motivo estrutural pelo qual, por exemplo, principalmente os países desenvolvidos não estão conseguindo ultrapassar as taxas de crescimento observadas durante os anos dourados entre 1945 e 1973, quando prevalecia integralmente o Regime de Bretton Woods.

Isso se deve essencialmente ao protagonismo que a lógica de acumulação “financeirizada” vem ocupando, desde o Consenso de Washington de 1989, na lógica de acumulação geral do capitalismo contemporâneo. O imposto mundial, hoje sendo tratado no âmbito das discussões do G20, visa exatamente um ajuste quanto à concentração de renda, uma punção sistêmica da riqueza para a sua atuação social.

A emergência do ESG e da Sustentabilidade podem ser vetores do Social e este, por sua vez, pode amenizar, pontualmente, a desigualdade não estrutural. Se as empresas de fato conduzirem ações sociais nos diversos tópicos materiais da Global Reporting Initiative (GRI), o pilar social se fortalece e, sendo estas ações generalizadas no mundo corporativo, se generalizam no sistema. A dimensão social está associada à luta histórica pelos direitos trabalhistas, direitos humanos, não discriminação, antirracista, sindical e feminista, entre outras, que foram fundamentais para erguer o mundo com os preceitos que vivemos atualmente.

Importante lembrar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma das organizações internacionais mais antigas, tendo sido criada como parte XIII do Acordo de Versalhes, que deu fim à Primeira Guerra Mundial. Trata-se da única organização internacional tripartite, ou seja, cujos *stakeholders* são as empresas, os trabalhadores e Estados. Exatamente por isso vemos que os “tópicos materiais” do GRI versam e se apoia em “documentos intergovernamentais”, que englobam acordos, tratados e outros tipos de formalização dos princípios do mundo moderno.

O Social engloba emprego, relações de trabalho, Saúde e Segurança do Trabalho, Capacitação e Educação, Diversidade e Igualdade de Oportunidades, Não Discriminação, Liberdade Sindical e Negociação Coletiva, Trabalho Infantil, Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo, Práticas de Segurança, Direitos de Povos Indígenas, Avaliação de Direitos Humanos, Comunidades Locais, Avaliação Social de Fornecedores, Políticas Públicas, Saúde e Segurança do Consumidor, Marketing e Rotulagem, Privacidade do Cliente e Conformidade Socioeconômica. Todos são “tópicos materiais” do GRI.

Existem várias iniciativas para a concepção de impacto social setorial e de atividades econômicas, em especial na Europa e no Brasil com a taxonomia sustentável. Na publicação do International Institute for Sustainable Investment (IISB), “Principles-Based Social Taxonomy for Sustainable Investing”, são propostas “garantias sociais mínimas” e um processo metodológico para a classificação das atividades setoriais e econômicas que se enquadrem, visando avaliar se a atividade econômica contribui minimamente para o bem-estar social, em que a gradação pode ser abordada conforme a existência de planos, políticas, ações e estratégias.



Sustentabilidade e ESG

02

Essa contribuição social, no entanto, situa-se em nível não estrutural, ou seja, não atua sob as raízes nacionais da desigualdade e da lógica internacional que geram concentração de renda e riqueza. Apesar disso, é igualmente valiosa. O Pacto Global da ONU, por exemplo, em sua Ambição 2030, mantém diversos movimentos, entre eles o de “salário digno”.

O Global Risks Report do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) aponta a “crise do custo de vida” como um dos principais riscos de 2024. Este tipo de crise evidencia o ponto que queremos aqui colocar: determinados processos externos às empresas, e que são sistêmicos, podem anular os esforços específicos da responsabilidade social corporativa, já que, como este exemplo, efeitos no aumento dos salários podem ser corroídos pela inflação, seja ela decorrente de mecanismos monetários ou desencadeada por choques de oferta globais. Já as temáticas relacionadas a direitos humanos, embora também sofram influências sistêmicas externas, culturais e ideológicas, estão ancoradas nas constituições nacionais e têm, por isso, garantias importantes.

As condições sociais nacionais não estão descoladas da economia política internacional, na qual atualmente 90% do trabalho mundial é feito dentro do “Sul Global”, enquanto a região é dona de apenas 20% da riqueza, dado este que foi publicado em artigo da revista Nature: *“Unequal exchange of labour in the world economy”*. É amplamente discutido que, enquanto não for solucionada a desigualdade a nível internacional, fica mais difícil traçar caminhos sólidos para a generalização da economia de transição que seja justa.

A busca por um sistema mais justo está conectada na proposta de criação de um padrão internacional para taxar os poucos indivíduos mais ricos do mundo em relação à grande massa da população do planeta. Essa proposta vem sendo abordada nos diálogos do G20 na Trilha de Finanças, na qual os países que aderirem iriam decidir, cada qual internamente, como exatamente seria e como o dinheiro arrecadado seria gasto.

COD GRI GERAL	COD GRI ESPECÍFICO	GRI STANDARD	TÓPICO MATERIAL	CONTEÚDO
401	401 - 1	GRI 401 Emprego 2016	Emprego	401 - 1 Novas contratações e rotatividade de empregados
401	401 - 2	GRI 401 Emprego 2016	Emprego	401 - 2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
401	401 - 3	GRI 401 Emprego 2016	Emprego	401 - 3 Licença-maternidade/paternidade
402	402 - 1	GRI 402 Relações de Trabalho 2016	Relações de Trabalho	402 - 1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais



COD GRI GERAL	COD GRI ESPECÍFICO	GRI STANDARD	TÓPICO MATERIAL	CONTEÚDO
403	403 - 1	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
403	403 - 2	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes
403	403 - 3	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 3 Serviços de saúde do trabalho
403	403 - 4	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
403	403 - 5	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
403	403 - 6	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 6 Promoção da saúde do trabalhador
403	403 - 7	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios



COD GRI GERAL	COD GRI ESPECÍFICO	GRI STANDARD	TÓPICO MATERIAL	CONTEÚDO
403	403 - 8	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
403	403 - 9	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 9 Acidentes de trabalho
403	403 - 10	GRI 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018	Saúde e Segurança do Trabalho	403 - 10 Doenças profissionais
404	404 - 1	GRI 404 Capacitação e Educação 2016	Capacitação e Educação	404 - 1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
404	404 - 2	GRI 404 Capacitação e Educação 2016	Capacitação e Educação	404 - 2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
404	404 - 3	GRI 404 Capacitação e Educação 2016	Capacitação e Educação	404 - 3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
405	405 - 1	GRI 405 Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	405 - 1 Diversidade em órgãos de governança e empregados
405	405 - 2	GRI 405 Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	405 - 2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
406	406 - 1	GRI 406 Não discriminação 2016	Não Discriminação	406 - 1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas



COD GRI GERAL	COD GRI ESPECÍFICO	GRI STANDARD	TÓPICO MATERIAL	CONTEÚDO
407	407- 1	GRI 407 Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016	Liberdade Sindical e Negociação Coletiva	407 - 1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
408	408 - 1	GRI 408 Trabalho Infantil 2016	Trabalho Infantil	408 - 1 Operações e fornecedoros com risco significativo de casos de trabalho infantil
409	409 - 1	GRI 409 Trabalho Forçado ou análogo ao escravo 2016	Trabalho Forçado ou análogo ao escravo	409 - 1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
410	410 - 1	GRI 410 Práticas de Segurança 2016	Práticas de Segurança	410 - 1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
411	411 - 1	GRI 411 Direitos de Povos Indígenas 2016	Direitos de Povos Indígenas	411 - 1 Casos de violação de direitos de povos indígenas
412	412 - 1	GRI 412 Avaliação de Direitos Humanos 2016	Avaliação de Direitos Humanos	412 - 1 Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos
412	412 - 2	GRI 412 Avaliação de Direitos Humanos 2016	Avaliação de Direitos Humanos	412 - 2 Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos
412	412 - 3	GRI 412 Avaliação de Direitos Humanos 2016	Avaliação de Direitos Humanos	412 - 3 Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação de direitos humanos
413	413 - 1	GRI 413 Comunidades Locais 2016	Comunidades Locais	413 - 1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local
413	413 - 2	GRI 413 Comunidades Locais 2016	Comunidades Locais	413 -2 Operações com impactos negativos significativos — reais e potenciais — nas comunidades locais



COD GRI GERAL	COD GRI ESPECÍFICO	GRI STANDARD	TÓPICO MATERIAL	CONTEÚDO
414	414 - 1	GRI 414 Avaliação Social de Fornecedores 2016	Avaliação Social de Fornecedores	414 - 1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
414	414 - 2	GRI 414 Avaliação Social de Fornecedores 2016	Avaliação Social de Fornecedores	414 - 2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas
415	415 - 1	GRI 415 Políticas Públicas 2016	Políticas Públicas	415 - 1 Contribuições políticas
416	416 - 1	GRI 416 Saúde e Segurança do Consumidor 2016	Saúde e Segurança do Consumidor	416 - 1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
416	416- 2	GRI 416 Saúde e Segurança do Consumidor 2016	Saúde e Segurança do Consumidor	416 - 2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
417	417 - 1	GRI 417 Marketing e Rotulagem 2016	Marketing e Rotulagem	417 - 1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
417	417 - 2	GRI 417 Marketing e Rotulagem 2016	Marketing e Rotulagem	417 - 2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços
417	417 - 3	GRI 417 Marketing e Rotulagem 2016	Marketing e Rotulagem	417 - 3 Casos de não conformidade em relação a comunicação e marketing
418	418 - 1	GRI 418 Privacidade do Cliente 2016	Privacidade do Cliente	418 - 1 Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes
419	419 - 1	GRI 419 Conformidade Socioeconômica 2016	Conformidade Socioeconômica	419 - 1 Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica



Riscos

01 Encontro de Cúpulas da Governança Global: G7 e Organização para a Cooperação de Xangai

Nos dias 13 e 15 de junho de 2024, ocorreu mais uma cúpula do G7, e em julho deste ano, ocorreram duas outras cúpulas importantes, da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A Organização para a Cooperação de Xangai talvez seja menos conhecida do que o G7 e a OTAN, mas tem importância equivalente por se tratar de uma cooperação estratégica formal entre China, Rússia, Cazaquistão, Índia, Irã, Paquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, existente desde 2001, que se expandiu e atualmente é composta de 26 países entre observadores e parceiros de diálogo. Sob presidência chinesa entre 2024 e 2025, a OCX pretende incorporar a Nova Rota da Seda em seu planejamento para cooperação econômica. O movimento vem de fundo com a criação de novos corredores de transporte com infraestrutura para o fortalecimento econômico da Eurásia, prevendo também a criação de um fundo de investimentos e um sistema de pagamentos em moedas nacionais.

A OCX em Astana, Cazaquistão, nos dias 3 e 4 de julho, teve abertura enfática: **“Mudanças tectônicas estão em processo na política global, economia e outras esferas das Relações Internacionais”**. A OCX se projeta com grande influência na Ásia Central, visando ainda ser influente neste novo mundo multipolar. Entre os temas e informações citados da declaração conjunta, podemos destacar:

- atenção ao combate ao crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo, extremismo e separatismos na região;
- a questão residual do Afeganistão, onde há um posicionamento da OCX pela garantia de um ambiente multiétnico, “independente, neutro e pacífico livre de terrorismo”;
- o reconhecimento da proposta do Cazaquistão para o estabelecimento de um Centro da ONU para o Desenvolvimento Sustentável para a Ásia e o Afeganistão;
- a menção à iniciativa do Tadjiquistão sobre conceituar um **“cordão de segurança ao redor do Afeganistão”**;
- o chamado em defesa do **Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968** e uso pacífico do espaço sideral, evitando a escalada de uma corrida armamentista sem transparência, e apontando que os tratados sobre os temas devem ser respeitados;
- o reconhecimento também da proposta do Cazaquistão para a criação de uma **Agência Internacional de Biossegurança**, prestando contas ao Conselho Executivo;
- a importância da **não proliferação de armas químicas**;
- a cooperação para garantir um sistema internacional de informações seguro, sendo vital acordo via ONU para uma Convenção Internacional sobre o tema;
- a ênfase na defesa de uma reforma da **“arquitetura econômica global”** que preserve o multilateralismo, porém prevendo “tratamento diferenciado”, “justo”, “transparente” e “não discriminatório”;
- o posicionamento contra o “protecionismo, restrições comerciais e sanções internacionais unilaterais”, os quais, segundo o posicionamento, o grupo considera serem contra o Direito Internacional Público;
- a proposta russa para o estabelecimento de uma **“grande parceria euroasiática”** entre **OCX, União Econômica Euroasiática, Associação de Nações do Sudeste Asiático**



Riscos

01

- (ASEAN), entre outros Estados interessados e associações multilaterais;
- o impulsionamento de “**corredores de transporte**” na região dos países da OCX, por meio da cooperação para **erguer portos e centros logísticos usando o Fórum Internacional de Transporte da OCX**;
- o comprometimento com a Agenda 2030;
- as preocupações em relação à questão da agricultura e segurança alimentar;
- a promoção da cooperação em e-comércio e economia digital;
- a promoção da **cooperação entre os membros para segurança energética até 2030**;
- a importância do **Interbank Association (IBA)**;
- a promoção da cooperação em turismo, educação e “*inovação e pesquisa multilateral*” e o aumento da competitividade das pequenas e médias empresas;
- a assinatura do **‘Acordo para Cooperação no Campo da Proteção Ambiental’** entre os membros da OCX;
- um plano de ação para implementar o **SCO’s Green Belt Programme 2024-2026**;
- a cooperação no âmbito de “*respostas e emergências e ações preventivas*”.

Analisando rapidamente o histórico das declarações e comunicados dos encontros de cúpula do G7, desde 2014, podemos perceber alguns centros gravitacionais temáticos, em torno dos quais as lideranças tomaram decisões e ações, sendo elas: economia mundial e crescimento; comércio; *tax system*; mudanças climáticas; energia; África; desenvolvimento; geopolítica; e *cybersecurity*. Nesta edição da Research+, vamos explorar 4 destes centros: economia mundial e crescimento, comércio, energia e África, seguindo a análise dos demais em nossa próxima edição.

- **Economia mundial:**

Se, no cenário de 2014, quando ainda era muito recente a crise de 2009 e a crise da dívida europeia de 2012, a prioridade era o crescimento e o emprego, com políticas fiscais e monetárias flexíveis e expansivas, em 2024, após os fortes estímulos durante a pandemia, e após a escalada histórica da inflação, vemos a preocupação maior com processos inflacionários e estabilidade financeira.

Por isso, em 2014, por causa da crise de 2009, eram também enfatizadas as reformas do sistema financeiro internacional, em particular, visando a resiliência das instituições financeiras, dar fim à premissa do “grande demais para quebrar”, endereçar os riscos do *shadow banking*, e tornar os mercados de derivativos mais seguros, com considerações a respeito da evasão fiscal, já mirando um padrão global para a troca automática de informações fiscais entre os países do grupo.



Riscos

01

Em 2014, foi também mencionada a liberalização comercial para bens e serviços ambientais através de um **Acordo de Bens Ambientais**, o Pacote de Bali e o Acordo de Facilitação de Comércio. No âmbito comercial, era também mencionado o avanço em negociações como Canada-EU, Japão-EU, Canada-Japão, EU-US, Transpacific Partnership (TPP) e o **Acordo de Serviços**.

Dez anos depois, o enfoque de ameaças à economia passa a ser os conflitos geopolíticos e a instabilidade dos preços de energia decorrentes, bem como as fissuras nas cadeias de suprimentos e a atenção agora dada à transição verde e digital como pontas de lança da elevação da produtividade. Outra pauta de ênfase bem destacada na conjuntura de 2024 é a dívida dos países de renda média e baixa, que, entre outras consequências, dificulta o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sobre esta pauta, a declaração de 2024 destaca algumas iniciativas: *Common Framework for Debt Treatment do G20*, o *Global Sovereignty Round Table*, e o *Climate Resilient Debt Clauses, G20 MDBs Capital Adequacy Framework (CAF)*, bem como o financiamento por meio de “capital híbrido”.

Por fim, vale ressaltar a ênfase em comum nos dois períodos, quanto ao protecionismo e aos subsídios. Podendo ser considerado como um resultado das ações de 2014, o papel do **Financial Stability Board** é posto de fundamental importância para o mapeamento e endereçamento de vulnerabilidade do sistema financeiro global, com menção inclusive à temática da regulação dos mercados de criptoativos, combate ao terrorismo e lavagem de dinheiro. Também em continuidade em relação a 2014, é posto compromisso em relação a um sistema de taxa global de impostos justo que, inclusive, tem avançado com a presidência brasileira do G20.

- **Comércio:**

Na declaração de 2024 do G7, em resposta às dificuldades e interrupções logísticas enfrentadas com os ataques Houthis no Mar Vermelho e Golfo do Edem contra navios comerciais, foi anunciada a criação de um **grupo de trabalho Cadeia de Suprimentos de Transportes**, com o objetivo de reestabelecer estrategicamente pontos nodais do transporte internacional e mitigar riscos e vulnerabilidade decorrentes de eventos geopolíticos.

A defesa do multilateralismo da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi feita com ressalvas, já que o G7 deixou clara a ênfase de que o livre comércio deve ser estabelecido em condições de “competição justa, previsível e sustentável”, além de ficar clara a mensagem de que haverá reação contra subsídios danosos que visem “dominância” em determinados setores, especialmente contra ações das State Owned Enterprises (SOE) e “transferência forçada de tecnologia”, em uma clara mensagem à China. Outro ponto importante é o apoio em relação a “**iniciativas plurilaterais para promoção e facilitação do comércio de mercadorias, serviços e tecnologias ambientais**”, além de “combate à poluição por plásticos”.

- **Energia:**

Em 2014, o G7, em razão da crise na Ucrânia, vinha dando atenção à diversificação e segurança, tanto geográfica quanto ancorada no baixo carbono através da **Iniciativa de Energia Roma**. Na declaração do encontro de 2024, o tema de energia foi abordado em conjunto com o tema climático e ambiental.



Riscos

01

Ainda assim, a Rússia foi mencionada e o G7 abordou a questão umbilicalmente ligada à geopolítica, ao afirmar o direcionamento de investimento no setor de gás para acelerar a redução da dependência ao fornecimento proveniente da Rússia, além de terem salientado a importância de dificultar as receitas russas.

Os países reafirmaram o compromisso de reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) em 43% até o final desta década e em 60% até 2035, em relação aos níveis de 2019; salientaram o compromisso acordado na COP28 de triplicar a capacidade global em energia renovável; anunciaram que irão reduzir os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis até 2025, acelerando investimentos em energias renováveis e garantindo cadeias de suprimentos seguras; reafirmaram o compromisso de ter um setor de geração de energia “predominantemente descarbonizado” até 2035 e com o afastamento do uso de carvão na primeira metade de 2030, alinhados à trajetória de 1,5°C.

Para o setor industrial, foi destacada a importância da Agenda de Descarbonização Industrial do G7 e a necessidade de inovações tecnológicas. Sobre metano, os países se comprometeram a materializar esforços para reduzir em 35% as emissões até 2035.

- **África:**

Em 2014, as preocupações colocadas na declaração do G7 estiveram focadas no fortalecimento da governança e transparência, na infraestrutura no setor de energia, na promoção do livre comércio e facilitação dos investimentos, bem como no gerenciamento sustentável dos recursos naturais e das receitas geradas por sua exploração, uma abordagem que claramente evidencia a natureza de interesses econômicos sobre o continente e suas riquezas.

Na ocasião, também foi endossado o compromisso do G7 com o “**Deauville Partnership**”. Após 10 anos, vemos uma mudança de tom muito importante em relação à África e na importância que o continente vem tendo globalmente, bem como para competidores estratégicos como a China e a Rússia.

Nota-se, em especial, o apoio do G7 à **Agenda 2063** da União Africana e à **Área de Livre Comércio da África Continental, bem como a menção ao Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGII) e a iniciativa EU Global Gateway como frameworks para desenvolver infraestrutura na África.**

Por fim, foi balanceada a questão de ser ter uma cooperação “mutuamente benéfica e igualitária”, tendo sido refletido, neste sentido, nas boas-vindas à União Africana como membro permanente do G20. O grupo também registrou na declaração de 2024 a sua preocupação quanto à presença do Grupo Wagner da Rússia na África.



Riscos

01

G7x OCX: vemos que, desde a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, a Ucrânia tem sido pautada recorrentemente nos comunicados e declarações do G7, mas não somente ela, também outros eventos geopolíticos (veja tabela a seguir). Assim, vemos uma diferença entre as duas declarações, do G7 (2024) e da OCX de Astana (2024): enquanto o G7 costuma pautar sua visão explícita sobre acontecimentos em diversos países e diversas regiões do mundo, a OCX é menos explícita neste sentido. A OCX aborda a necessidade de uma arquitetura global multipolar e o G7 procura manter sua hegemonia e esfera de influência. Nota-se que, de 2014 para 2024, houve um aumento da quantidade de tópicos enfatizados, um reflexo do aumento da complexidade do contexto internacional.

Ano Comunicado/Declaração G7	Regiões geopolíticas enfatizadas
2014	Ucrânia, Síria, Líbia, Mali e República Central Africana, Irã, Coreia do Norte, Processo de Pacificação do Oriente Médio, Afeganistão, Navegação Marítima e Aviação.
2015	Ucrânia, Segurança Marítima, Irã, Coreia do Norte, Líbia, Conflito Israel-Palestina, Afeganistão e Nepal.
2016	Síria, Iraque, Irã, Coreia do Norte, Ucrânia e Rússia, Líbia, Afeganistão, Processo de Pacificação Oriente Médio, Yemen, África, Venezuela, Segurança Marítima.
2017	África
2018	Coreia do Norte, Rússia, Síria, Yemen, Conflito Israel-Palestina, África e Líbia.
2019	Irã, Ucrânia, Líbia e Hong Kong
2021	Foco nas ações para enfrentamento da Pandemia.
2022	Mar do Leste e Sul da China, ASEAN e Indo-Pacífico, China – Tibet e Xinjiang, Myanmar, Irã, Afeganistão, Líbia, Síria, Sahel, Horn of Africa (Chipre da África), Somália e Etiópia.
2023	Ucrânia, Desarmamento e Não-Proliferação, Indo-Pacífico, China em Geral e Mar do Leste e Sul da China, Coreia do Norte, Myanmar, Afeganistão, Irã, Israel-Palestina, Síria, Oriente Médio, África, Yemen, Sudão, Kosovo e Servia, Haiti.
2024	Ucrânia, Conflito em Gaza, Liberdade de Navegação no Mar Vermelho, Irã, Parceria com os Países Africanos, Indo-Pacífico, Haiti, Líbia, Sahel, Sudão, Venezuela e Bielorrússia.

Fonte: Ambipar ESG, a partir das respectivas declarações e comunicados publicados nos sites oficiais das cúpulas de cada ano.

Observação: o ano de 2020 não foi incluído pois o evento foi cancelado devido à pandemia de covid-19.



Riscos

02 Inclusão de Riscos Psicossociais no PGR - Programa Geral de Riscos (Ocupacionais), por força de atualização da NR-01

Em 01/08/24, a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho NR-01 passou por substancial atualização no tocante ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) no ambiente de trabalho, passando a incluir riscos psicossociais e considerar fatores que impactam a saúde mental dos trabalhadores. Com essa atualização, o Ministério do Trabalho segue a linha do Ministério da Saúde, que, por meio da Portaria nº 1.999 de 27/11/23, atualizou a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) e passou a incluir transtornos mentais — como *burnout*, ansiedade, depressão e tentativa de suicídio — como doenças relacionadas ao trabalho.

Riscos psicossociais são fatores presentes no ambiente de trabalho que podem afetar a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores de forma geral e não apenas dos empregados. Estão relacionados à organização do trabalho, ao seu conteúdo e às condições em que o trabalho é realizado. Esses fatores podem implicar em riscos que levam ao estresse, esgotamento e depressão, entre outras doenças mentais com repercussões também físicas. Alguns exemplos de riscos psicossociais incluem:

(I) Ambiente de trabalho emocionalmente insalubre ou tóxico: cultura organizacional que permita ou incentive relacionamento negativo entre os colegas de trabalho ou supervisores, incluindo bullying, assédio e discriminação, podem ter um impacto significativo na saúde mental.

(II) Carga de trabalho excessiva: traduzida em pressão por atingimento de metas, prazos ou carga de trabalho muito alta, que implique em sobrecarga dos trabalhadores, que podem se sentir fatigados, estressados e incapazes.

(III) Falta de controle sobre o trabalho: falta de autonomia e controle sobre como e quando o trabalho é realizado, falta de clareza quanto a responsabilidades e prioridades, falta de comunicação pode aumentar a frustração e o estresse.

Importante pontuar que os riscos elencados acima, quando concretizados, configuram assédio moral nas relações de trabalho.

As alterações da NR-01 têm prazo para adequação de nove meses contados de agosto de 2024, e devem envolver a implementação de ações que promovam um ambiente de trabalho saudável, como programas de suporte psicológico, treinamentos sobre comunicação e resolução de conflitos, avaliações periódicas e contínuas dos riscos de forma geral, e não apenas dos ocupacionais, além de políticas de prevenção ao assédio e à violência.



Riscos

03 Canadá segue uma tendência global que tem ocorrido ao longo de 2024: aplicação de tarifas a veículos elétricos chineses

Após Estados Unidos, União Europeia, Turquia e até mesmo um pedido da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) para o governo brasileiro, o Canadá também entrou no fluxo da medida protetiva. Os argumentos se assemelham à justificativa dos demais países: o desequilibrado subsídio chinês que permite preços muito mais baixos do que o mercado doméstico consegue produzir, atrapalhando a competitividade local e os padrões trabalhistas mais fracos na China.

O Canadá, além do setor automotivo, também taxará o aço chinês e estuda medidas para tarifas de peças fotovoltaicas. O histórico de sanções entre os países é antigo: em 2019, após a prisão de uma executiva da chinesa Huawei no Canadá, Pequim interrompeu a exportação do óleo de canola.

Segundo Justin Trudeau, primeiro-ministro do Canadá, o governo canadense pretende fortalecer sua indústria automotiva interna, que hoje exporta a maior parte de sua produção (1,5 milhão de unidades) para os Estados Unidos.

Há uma ambiguidade nessa proposta de taxação, em que o governo entende o alto custo do investimento em uma linha de produção que seja capaz de produzir carros elétricos a um preço atrativo, então opta pela represália na outra ponta da cadeia, taxando quem está fornecendo carros elétricos a um preço mais acessível para a população. O governo prefere a via protecionista, em vez de arcar com o bilionário custo de modernização da linha de montagem para os carros elétricos. Sem contar também no impacto, que vai na contramão da eletrificação da frota global.



Fontes e Referências

Sustentabilidade e ESG

[Minerais críticos e estratégicos: desafios e fomento à produção /parte 1 - Hidrogênio Verde - 9/7/24 \(youtube.com\)](#)

[CAE aprova política para gestão de risco de desastres no país — Senado Notícias](#)

[Mundo está fora da rota em renováveis | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

[Presidente sanciona marco legal do hidrogênio verde e lei que viabiliza recursos para a Transnordestina — Planalto \(www.gov.br\)](#)

[Associação Brasileira do Hidrogênio Verde. Centro de Tecnologia Mineral e IBRAM.](#)

[Minerais críticos e estratégicos: desafios e fomento à produção - Hidrogênio Verde - 9/7/24 \(youtube.com\)](#)

[IBRAM_MINERAIS_CRITICOS-E-ESTRATEGICOS_web.pdf](#)

[Salário digno: a nova fronteira do “S” do ESG | Exame](#)

[Cinco pontos para entender a proposta do Brasil no G20 para taxar os bilionários | Reset \(uol.com.br\)](#)

[‘Lógica do capitalismo’: Sul Global faz 90% do trabalho mundial, mas detém apenas 20% da riqueza - Sputnik Brasil, 12.08.2024 \(noticiabrasil.net.br\)](#)

[Unequal exchange of labour in the world economy | Nature Communications](#)

[Tributação Internacional \(g20.org\)](#)



Fontes e Referências

Riscos

[G7 endurece críticas contra a China por apoio a Rússia em declaração após cúpula | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

[Acordo entre Rússia e Coreia do Norte prevê assistência mútua em caso de agressão, afirma Putin – Mundo – CartaCapital](#)

[Entenda as novas políticas econômicas adotadas pela China após a Terceira Plenária | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

[Putin se reúne com Xi Jinping: parceria russo-chinesa | Internacional \(brasildefato.com.br\)](#)

[China quer integrar Organização de Cooperação de Xangai e Nova Rota da Seda | Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#)

[Por que a Cúpula da OCX no Cazaquistão foi um Divisor de Águas | Brasil 247](#)

[O discurso de Xi Jinping na reunião do Pacto de Xangai, na íntegra | Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#)

[ASTANA DECLARATION OF THE COUNCIL OF HEADS OF STATE OF THE SHANGHAI COOPERATION ORGANISATION | The Shanghai cooperation organisation \(sectsco.org\)](#)

[O discurso de Xi Jinping na reunião do Pacto de Xangai, na íntegra | Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#)

[China quer integrar Organização de Cooperação de Xangai e Nova Rota da Seda | Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#)

[G20_Australia_2014_communique.pdf](#)

[Apulia-G7-Leaders-Communique.pdf \(g7italy.it\)](#)

[143078.pdf \(europa.eu\)](#)

[00\(修正クリア\)G7 Ise-Shima Leaders%27 Declaration \(mofa.go.jp\)](#)

[01_2015-06-08-leaders-statement_final_clean.pdf \(europa.eu\)](#)

[Microsoft Word - G7 Taormina Leaders' Communiqué_27052017_rev CLEAN.docx \(europa.eu\)](#)



Fontes e Referências

Riscos

[The Charlevoix G7 Summit Communique - Consilium \(europa.eu\)](#)

[G7 Leaders' Declaration | G7 \(elysee.fr\)](#)

[Carbis Bay G7 Summit Communique \(PDF, 430KB, 25 pages\) \(publishing.service.gov.uk\)](#)

[2022-07-14-leaders-communique-data.pdf \(g7germany.de\)](#)

[G7 summit in Taormina, Italy, 26-27/05/2017 - Consilium \(europa.eu\)](#)

[Leaders_Communique_01_en.pdf \(mofa.go.jp\)](#)

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/governo-federal-atualiza-nr-01-para-incluir-riscos-psicossociais-e-reconstitui-comissao-do-benzeno>

<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2024/08/07/seguranca-e-saude-no-trabalho-agora-incluem-riscos-psicossociais.ghtml>

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/08/12/jornadas-extensas-desmaios-e-at-mortes-a-rotina-de-trabalho-de-um-grande-banco.ghtml>

[Depois de EUA e UE, Canadá impõe tarifas sobre veículos elétricos e aço da China \(Bloomberg Línea\)](#)

[UE aplica tarifas de até 48% sobre carros elétricos da China e Pequim ameaça retalia \(Bloomberg Línea\)](#)

[EUA vão impor novas tarifas a carros elétricos chineses \(O Globo\)](#)

[Depois dos EUA, Turquia aumenta impostos contra carros chineses \(QuatroRodas\)](#)

[‘Defendemos que haja equilíbrio’, diz presidente da Anfavea sobre taxaço de veículos chineses \(CBN\)](#)

research+

Responsáveis pelo conteúdo desta edição:

Pesquisadora Líder da Research+:

Ísis Campos Camarinha, PhD. em Economia Política Internacional e Analista de Research da Ambipar ESG

Colaboraram nesta edição:

Guilherme Santiago (Analista de Research da Ambipar ESG)

Ana Claudia Lazzari Rodrigues de Castro (Especialista em ESG)

Revisão realizada pelo time de Comunicação da Ambipar ESG:

Gabriela Favacho e Stella Maya

Diagramação:

Fernanda Ferreira Pinto